

Relatório de gestão e contas



Jardim de Infância Nª Senhora das Graças

Sede : Rua General Ferreira Martins, nº. 16

1495-137 Algés;

Contactos:

Telefone: 214 117 785;

Email secretaria: secretaria@jinsg.pt

Email direção: direcao@jinsg.pt

Email geral: geral@jinsg.pt

Website: www.jinsg.pt

CONTEÚDO

Relatório de gestão e contas	0
Órgãos Sociais.....	3
Introdução.....	4
Caracterização dos Utentes	6
Caracterização Dos Recursos Humanos.....	7
Prioridades Estratégicas - Áreas de atuação definidas.....	7
Melhoria Contínua	8
Melhoria dos Serviços.....	8
Espaços JINSG	9
Sustentabilidade	10
Notas finais	11
Anexos	12

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

<i>Presidente</i>	Arnaldo João Lima dos Reis Maya
<i>1º Secretário</i>	Adélia Maria Rodrigues Matos
<i>2º Secretário</i>	António de Oliveira Monteiro

DIREÇÃO

<i>Presidente</i>	Nuno Miguel Nunes Lino Martins
<i>Secretária</i>	Virgínia Margarida Messias Pereira Guedes Pó
<i>Tesoureiro</i>	Cecília Margarida Oliveira Campos Martins

CONSELHO FISCAL

<i>Presidente</i>	Pedro Miguel Pereira de Oliveira Carreira
<i>Vogal</i>	Maria Violete Pinto Ramos Duque
<i>Vogal</i>	Luís Manuel Ferreira Martins

A Direção submete à apreciação, discussão e votação da Assembleia o presente Relatório de Gestão e Contas de 2025 em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A elaboração é da responsabilidade da Direção, e tem como principal objetivo a demonstração dos resultados obtidos no ano transato, tendo este relatório sido submetido ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer, que acompanha este documento.

Introdução

A CRECHE CONSTITUI UMA RESPOSTA SOCIAL DE CARÁTER SOCIOEDUCATIVO, ORIENTADA PARA O APOIO À FAMÍLIA E DESTINADA A ACOLHER CRIANÇAS ATÉ AOS 3 ANOS DE IDADE. O SEU FUNCIONAMENTO DECORRE DURANTE O PERÍODO EM QUE OS PAIS, OU QUEM EXERCE AS RESPONSABILIDADES PARENTAIS, SE ENCONTRAM IMPEDIDOS DE ASSEGURAR OS CUIDADOS NECESSÁRIOS.

O JARDIM DE INFÂNCIA, POR SUA VEZ, DESTINA-SE A CRIANÇAS COM IDADES COMPREENDIDAS ENTRE OS 3 E OS 6 ANOS, CORRESPONDENDO À ETAPA QUE ANTECEDE O INGRESSO NO ENSINO BÁSICO. TAL COMO NA CRECHE, ESTA RESPOSTA FUNCIONA DURANTE O PERÍODO DIÁRIO CORRESPONDENTE AO HORÁRIO DE TRABALHO DOS PAIS OU ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO, GARANTINDO UM AMBIENTE EDUCATIVO ESTRUTURADO E ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

“E JESUS CRESCIA EM SABEDORIA, EM ESTATURA E EM GRAÇA, DIANTE DE DEUS E DOS HOMENS.”
(LUCAS 2, 52)

MISSÃO:

INSPIRADOS PELO MODELO DE NOSSA SENHORA:

- CRIAR AS CONDIÇÕES PARA QUE CADA CRIANÇA POSSA CRESCER FELIZ, DE FORMA INTEGRAL E HARMONIOSA.

Visão:

- PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E HARMONIOSO DA CRIANÇA, NAS TRÊS DIMENSÕES DISTINTAS E COMPLEMENTARES: FÍSICA, PSICOLÓGICA E ESPIRITUAL;
- EDUCAR AS CRIANÇAS PARA QUE APRENDAM A OLHAR O MUNDO E O OUTRO COM SENSIBILIDADE;
- INCENTIVAR A CRIANÇA A SER AGENTE DO SEU PRÓPRIO CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM.

CP AS
Jr

VALORES:

- CUIDADO AO PRÓXIMO – PRESTANDO-LHE ATENÇÃO, GARANTINDO O SEU BEM-ESTAR E A SUA SEGURANÇA;
- CARIDADE – SENDO O SINAL DO AMOR DE DEUS AO PRÓXIMO; ESTANDO DISPONÍVEL PARA AJUDAR COM BENEVOLÊNCIA, DISPONIBILIDADE E AMOR;
- HARMONIA – PROCURANDO IR AO ENCONTRO DO OUTRO, PROMOVEDO O EQUILÍBRIO E DISPOSIÇÃO BEM ORDENADA ENTRE AS PARTES DE UM TODO;
- SER MISSIONÁRIO – DEDICANDO O SEU TEMPO À PRÁTICA DE BOAS AÇÕES E ATITUDES QUE PRIMAM PELO BEM AO PRÓXIMO.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'A', 'C', 'P' and a stylized 'F'.

Caracterização dos Utentes

O Jardim de Infância nossa Senhora das Graças tem, atualmente, **capacidade para 155 crianças**, 105 lugares na valência de Creche e 50 lugares na valência de pré-escolar.

O JINSG conta com dois equipamentos, um situado na Rua General Ferreira Martins nº16 e outro na Calçada do Rio nº 53. Ambos os equipamentos detêm um acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social.

Creche C1	Creche C2	Pré-Escolar
Berçário: 10 crianças	Berçário: 10 crianças	Sala 3-4: 25 crianças
Sala andantes: 15 crianças	Sala andantes: 16 crianças	Sala 4-5: 25 crianças
Sala 24-36: 34 crianças	Sala 24-36: 20 crianças	
Total: 59 crianças	Total: 46 crianças	Total: 50 crianças

Em cada espaço de creche existem, de forma permanente, quatro vagas cativas atribuídas à Segurança Social. Com a implementação da Gratuitidade da Creche, as atividades extracurriculares que integram o nosso currículo passaram a ser financiadas diretamente pelos pais ou encarregados de educação.



Caracterização Dos Recursos Humanos

Em 2025 a equipa era constituída por 36 colaboradores.

- 1 Diretor Executivo, a desempenhar funções de Diretora Técnica
- 1 Diretor Pedagógico a acumular com Educador de Infância
- 3 Administrativos
- 18 Ajudantes de Ação Educativa
- 8 Educadoras
- 3 Ajudantes Serviços Gerais
- 1 Cozinheiro
- 1 Ajudante Cozinha

Prioridades Estratégicas - Áreas de atuação definidas

Para o ano transato foram definidas 4 áreas de intervenção centrais, nomeadamente



Melhoria Contínua

No âmbito do processo de melhoria contínua, foi dada continuidade à avaliação de desempenho de todos os colaboradores da instituição. Foram também cumpridos os planos de formação, ajustando as necessidades que se identificaram nos colaboradores como o aumento de qualificações exigido pelas diversas funções.

Reconhecendo que a gestão de pessoas é essencial para o sucesso da instituição, a Direção manteve as regalias existentes, como a comparticipação do passe social e o seguro de saúde privado. Para promover o bem-estar físico e mental, continuaram as aulas de alongamentos e relaxamento muscular.

Melhoria dos Serviços

Nas salas de Berçário e de Aquisição de Marcha, foi dada continuidade à estimulação sensorial. Para apoiar o desenvolvimento infantil, todas as salas são acompanhadas por técnico de reabilitação psicomotora, reforçando a articulação entre escola e família. As restantes atividades extracurriculares foram mantidas ao longo do ano.

No âmbito da melhoria dos serviços, o refeitório passou a ser gerido integralmente pela associação com uma ementa adequada à criança pequena, privilegiando alimentos saudáveis e reduzindo os processados, promovendo também a autonomia alimentar.

No final do ano, decidiu-se trocar o fornecedor Makro para o Auchan devido a inúmeras falhas nos serviços prestados e para se poderem aproveitar as promoções.

CP
A

Espaços JINSG

No final do ano de 2025, foi solicitada uma reunião com a Câmara Municipal de Oeiras (CMO) com o objetivo de obter autorização para a transformação da sala polivalente em sala de Jardim de Infância. Esta alteração visou responder ao crescente número de crianças e à necessidade de garantir espaços educativos adequados e devidamente equipados.

Durante a mesma reunião, foi igualmente solicitado o apoio da autarquia para a realização de obras de reabilitação no edifício, nomeadamente trabalhos de pintura e diversas reparações estruturais essenciais ao bom funcionamento da escola. Estas intervenções pretendem assegurar melhores condições de conforto, segurança e qualidade ambiental para as crianças, colaboradores e famílias que utilizam diariamente o espaço.

Loja Social – O projeto de legalização da loja foi recusado pelo Município, conforme a Informação Técnica da DLEU. Após reunião com a Edilidade, ficou determinado que, para repor a legalidade, é necessária a demolição do acréscimo existente no rés-do-chão e a reposição da fachada original. No interior poderão ser efetuados alguns ajustes; contudo, alterações que impliquem novas infraestruturas carecem de parecer das entidades competentes.

Será igualmente necessário planear a obra em articulação com as Vicentinas, uma vez que o espaço terá de ser totalmente esvaziado.

AS-CA
FB

Sustentabilidade

A resposta social de Jardim de Infância apresenta um saldo positivo de 21.647,74 €, resultado da comparticipação do PEDEPE relativa ao ano letivo 2023/2024.

Relativamente à resposta social de Creche, tanto na Sede, com um saldo positivo de 18.957,84 €, como na C2, onde se registou um resultado positivo de 17.967,93 €, verificou-se uma melhoria significativa. Este resultado deveu-se ao acordo de cooperação celebrado com a Segurança Social, bem como ao apoio à renda concedido pela Câmara Municipal de Oeiras durante metade do ano, fatores que contribuíram para uma maior sustentabilidade financeira desta valência.

A Direção continua focada em reforçar a sustentabilidade da Associação. A instalação dos painéis fotovoltaicos e a reabilitação das janelas melhoraram o conforto de crianças e colaboradores e permitiram reduzir o consumo de gás em cerca de 600 € no período do inverno quando comparado com o ano anterior.

Apesar do aumento de cerca de 5% no custo da eletricidade e do investimento já realizado em painéis solares, a fatura da eletricidade não registou a redução esperada. Esta situação resulta dos picos de consumo que ocorrem diariamente entre as 7h30 e as 10h00, período de confeção das refeições, momento em que os painéis solares ainda não produzem energia na sua capacidade máxima.

Face a este cenário, a Direção decidiu avançar com o investimento em baterias no próximo ano, com o objetivo de reforçar a eficiência energética e melhorar os resultados financeiros da instituição.

Notas finais

A Direção apresenta os resultados de 2025, que revelam uma melhoria significativa face aos anos anteriores e demonstram uma gestão responsável e eficiente dos recursos. Continuaremos empenhados em garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento da nossa instituição.

O Jardim de Infância Nossa Senhora das Graças mantém a sua situação financeira totalmente regularizada, cumprindo integralmente todos os compromissos com colaboradores, fornecedores, utentes, associados, instituições bancárias, Autoridade Tributária e Segurança Social, não existindo qualquer dívida pendente.

Agradecemos aos Sócios, Parceiros e Famílias a confiança que diariamente depositam no nosso trabalho. Só com o empenho e a dedicação de todos é possível alcançar os resultados que hoje apresentamos. Muito obrigado.

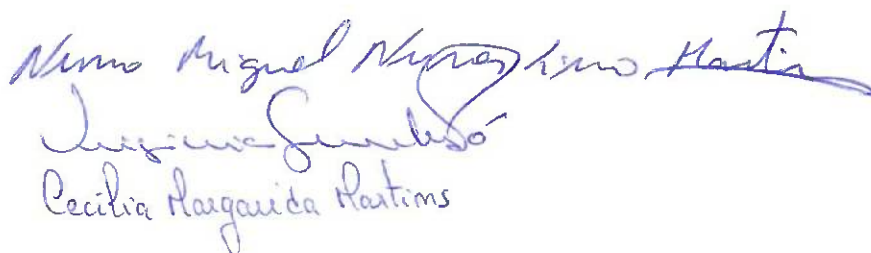
Algés, 6 de Março de 2026

A Direção

Nuno Martins

Virgínia Guedes Pó

Cecília Campos Martins



Nuno Miguel Nuno Martins
Virgínia Guedes Pó
Cecília Margarida Martins

Anexos

ANEXO

Exercício de 2025

1. Identificação da entidade:

1 – Designação da entidade: Associação Jardim-de-Infância Nossa Senhora das Graças

2 – Sede: Rua General Ferreira Martins, nº 16 1495-137 Algés

3 – Natureza da actividade: Acção social para crianças, sem alojamento

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2025.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF-ESNL – divulgação transitória:

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - POCIPSS) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012.

ACF
P
MS

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer ao nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes da informação em geral.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a cabo de forma consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. De ressaltar que o custo histórico não inclui o respectivo valor do IVA nos casos em que foi solicitada a restituição deste imposto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que estas reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo utilizadas as seguintes taxas:

Edifícios e outras construções	5 a 50 anos
Equipamento básico	5 a 8 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o Estado ou outro instituidor, ou a norma legal aplicável a cada entidade, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Com excepção das quotas dos associados, os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios do Estado

Os subsídios do Estado são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

CH
F
M

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação.

Neste exercício, a Entidade não reconheceu nenhuma Provisão, isto é, não foram identificadas obrigações presentes resultantes de algum evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*

Assim, a Associação Jardim-de-Infância Nossa Senhora das Graças encontra-se isenta de IRC ao abrigo do atrás descrito.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário dos Órgãos Sociais sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2025	2024
Numerário	16,47	648,94
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	574.285,88	511.799,62
Outras disponibilidades	30.250,00	30.250,00
Caixa e seus equivalentes	604.552,35	542.698,56
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	604.552,35	542.698,56
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. **Activos fixos tangíveis:**

5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

Movimentos	Rubricas							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial:								
Valor de aquisição	0,00	291.362,01	218.709,29	0,00	4.533,75	3.447,25	0,00	518.052,30
Depreciação acumulada	0,00	-155.934,85	-133.447,88	0,00	-3.318,98	-1.525,20	0,00	-294.226,91
Valor líquido inicial	0,00	135.427,16	85.261,41	0,00	1.214,77	1.922,05	0,00	223.825,39
Movimentos do ano:								
Aquisições	0,00	71.853,84	5.180,74	0,00	0,00	0,00	0,00	77.034,58
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-37.803,28	-28.168,54	0,00	-188,16	0,00	0,00	-66.159,98
Reg. da deprec. das alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	0,00	34.050,56	-22.987,80	0,00	-188,16	0,00	0,00	10.874,60
Saldo final:								
Valor de aquisição	0,00	363.215,85	223.890,03	0,00	4.533,75	3.447,25	0,00	595.086,88
Depreciação acumulada	0,00	-193.738,13	-161.616,42	0,00	-3.507,14	-1.525,20	0,00	-360.386,89
Valor líquido final	0,00	169.477,72	62.273,61	0,00	1.026,61	1.922,05	0,00	234.699,99

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Existem alguns activos (edifícios e outras construções), dados como garantia de passivos, financeiros.

5.3 – Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período:

A depreciação reconhecida nos activos fixos tangíveis no ano 2025 é de 66.159,98 euros.

5.4 – Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não existem bens desta natureza.

6. Inventários:

6.1 – Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local actual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

6.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Categoria de Inventários	2025	2024
<u>Mercadorias:</u>		
Mercadorias	0,00	0,00
Valor final de Mercadorias	0,00	0,00
<u>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:</u>		
Matérias-primas	703,37	0,00
Matérias Subsidiárias	0,00	0,00
Valor final de MP, Subs. e Consumo	703,37	0,00
Valor bruto Inventários	703,37	0,00
Perdas por imparidade acumuladas Inventários	0,00	0,00
Valor líquido Inventários	703,37	0,00

6.3 – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

Natureza	2025	2024
Inventário inicial	0,00	0,00
Compras	64.482,96	34.203,64
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventário final	703,37	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	63.779,59	34.203,64

7. Créditos a receber e outros activos correntes:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

7.2 Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe dos créditos a receber é:

Descrição	2025	2024
Clientes/utentes conta corrente	31.169,76	31.169,76
Total	41.408,37	31.169,76

A exposição da Entidade ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Entidade de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Entidade entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. A 31 de Dezembro 2025 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe dos outros activos correntes é:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	8.966,02	36.179,57
Pessoal	0,00	4.609,41
Devedores por acréscimos	0,00	4.778,55
Outros devedores	3.140,00	3.404,07
Total	12.106,02	48.971,60

8. Fornecedores e outros passivos correntes:

8.1 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

ACP
J. J. J.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores conta corrente	44.770,56	16.702,69
Total	44.770,56	16.702,69

Os outros passivos correntes são:

Descrição	2025	2024
Credores por acréscimos	102.038,00	87.013,57
Pessoal	0,00	138,07
Adiantamentos de clientes	4.796,15	0,00
Outros credores	1.573,80	86.060,47
Sub-Total	108.407,95	173.212,11

9. Estado e outros entes públicos:

A rubrica do Estado e outros Entes Públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	Activo corrente	Passivo corrente
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	2.799,43
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	7.650,70	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	15.341,18
Outras tributações – FCT e FGCT a pagar	0,00	0,00
IMI CVE	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	7.650,70	18.140,61

10. Financiamentos obtidos:

Não existem financiamentos.

11. Rédito:

11.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

11.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Descrição	2025	2024
Prestações de serviços:		
Mensalidades e Inscrição	250.417,93	312.569,79
Quotizações	556,00	904,00
Comparticipações ISS	754.206,05	635.623,55
Serviços Secundários	0,00	0,00
Total	1.005.179,98	949.097,34
Outros rendimentos e ganhos:		
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento	60,00	0,08
Subsídios ao investimento	21.000,00	21.000,00
Outros	41.229,11	5.773,93
Total	62.289,11	26.773,93
Juros, dividendos e outros rendimentos:		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Handwritten signature and initials in blue ink.

12. Subsídios, doações e legados à exploração:

12.1 — Política contabilística adoptada para os subsídios do Estado, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Estado são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Estado relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Estado relacionados com activos são inicialmente contabilizados nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do activo caso sejam activos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos nos Fundos patrimoniais, caso esses activos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis.

12.2 — Natureza e extensão dos subsídios do Estado reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Estado de que directamente se beneficiou.

Os rendimentos provenientes dos Subsídios decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	29.963,11	42.853,07
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e Heranças	4.614,68	900,20
Total	34.577,79	43.753,27

AC CP

CP
msh

12.3 — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Estado que foram reconhecidas.

Não aplicável.

12.4 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

Não aplicável.

12.5 — Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos têm sido o Instituto da Segurança Social (através dos protocolos existentes), a Câmara Municipal de Oeiras e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

13. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	42.224,64
Serviços especializados	32.827,34	43.102,26
Materiais	14.040,65	21.216,95
Energia e fluidos	19.712,15	20.633,88
Deslocações, estadas e transportes	18.140,90	10.695,16
Serviços diversos	68.135,25	55.567,02
Total	152.856,29	193.439,91

14. Gastos com pessoal:

Os gastos com pessoal decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Remunerações do pessoal	598.468,03	533.260,76
Indemnizações	2.096,00	1.464,44
Encargos sobre remunerações	124.026,13	108.926,99
Seguros de acidentes de trabalho	7.564,66	4.713,22
Outros gastos com o pessoal	16.106,63	22.595,16
Total	748.261,45	670.960,57

O número médio de pessoas ao serviço na Instituição foi de 36.

15. Acontecimentos após a data do balanço:

15.1 — Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da Direcção.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.


15.2 — Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direcção

Contabilista Certificado

Mário Miguel Nunes Lima 

Cecília Paquerida Martins


Impres C. Int.
CC n.º 59753

